

BLOCO TEMÁTICO 6: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confirme seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509222493M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

6º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO TEMÁTICO 6:

Desenvolvimento Socioeconômico

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

09/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

09/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 6º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 6: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

8

No âmbito do federalismo brasileiro, a política de saúde é um exemplo de sistema de política pública que se caracteriza pela:

- (A) Centralização total na União, que é a única responsável pela formulação e execução de programas de saúde.
- (B) Autonomia completa de cada ente federativo (União, estados e municípios), sem necessidade de articulação ou cooperação.
- (C) Cooperação e corresponsabilidade, com papéis definidos para cada ente, mas com a União atuando como coordenadora nacional e principal financiadora.
- (D) Delegação de poder de decisão exclusivamente aos municípios, que são os únicos a executar ações de saúde.
- (E) Total privatização dos serviços de saúde, com o Estado atuando apenas como regulador.

9

A transversalidade em políticas públicas é um conceito que se diferencia da intersetorialidade por:

- (A) Focar na articulação de diferentes setores (como saúde e educação) para resolver um problema específico.
- (B) Ser uma abordagem que lida com temas que perpassam e afetam múltiplas políticas e áreas de governo, como a equidade de gênero ou o meio ambiente.
- (C) Apenas se aplicar a políticas de cunho econômico, não sendo relevante para políticas sociais.
- (D) Ser sinônimo de delegação de responsabilidades do governo central para governos locais.
- (E) Focar na privatização de serviços públicos para maior eficiência.

10

A transformação digital na gestão pública tem como uma de suas principais finalidades a melhoria da experiência do cidadão. Sobre esse tema, é correto afirmar que um de seus impactos esperados é:

- (A) A manutenção de canais de comunicação exclusivamente físicos para garantir a segurança dos dados.
- (B) A criação de barreiras digitais para limitar o acesso de usuários não familiarizados com a tecnologia.
- (C) O uso de plataformas digitais para promover maior transparência e participação social nos processos decisórios.
- (D) A centralização da informação em um único órgão, dificultando o acesso de outros setores e da sociedade.
- (E) A substituição de todos os servidores públicos por sistemas automatizados.

Ética e integridade

Rafael de Oliveira

11

De acordo com o Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta quanto aos deveres fundamentais do servidor:

- (A) O servidor público deve exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando solucionar situações procrastinatórias, principalmente diante de filas, para evitar dano moral ao usuário.
- (B) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, normas de serviço e legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) O servidor deve apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas à função que exerce, podendo abrir exceções caso esteja em exercício interno.
- (D) Um dos deveres fundamentais do servidor público é resistir a pressões de superiores, contratantes e outros interessados que visem obter vantagens indevidas, denunciando tais práticas.
- (E) O servidor público deve exercer com moderação as prerrogativas funcionais, abstendo-se de utilizá-las contra os legítimos interesses dos usuários do serviço público.

12

Com base no Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa correta quanto às vedações impostas ao servidor público:

- (A) É permitido ao servidor, em situações excepcionais, alterar o teor de documentos administrativos, desde que com boa intenção e sem prejuízo a terceiros.
- (B) O servidor pode aceitar gratificações ou doações simbólicas, desde que sejam oferecidas espontaneamente por usuários satisfeitos com o serviço prestado.
- (C) É vedado ao servidor público ser conivente com erro ou infração ética, mesmo que motivado por espírito de solidariedade.
- (D) O uso de influência pessoal em favor de familiares é tolerado se não houver ganho financeiro direto.
- (E) O servidor pode agir com parcialidade, desde que respeite a hierarquia e não ofenda diretamente nenhum usuário.

13

De acordo com as Regras Deontológicas previstas no Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O servidor público deve pautar sua conduta pelos princípios da dignidade, do zelo, da eficácia e da moralidade, mesmo fora do exercício da função pública, pois suas atitudes refletem diretamente na imagem do serviço público.
- (B) A moralidade administrativa deve sempre prevalecer sobre a legalidade formal, ainda que o servidor atue em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.
- (C) A função pública deve ser compreendida como exercício profissional e, por isso, a conduta privada do servidor pode influenciar diretamente na sua reputação funcional.
- (D) O servidor público deve considerar que sua remuneração provém dos tributos pagos pela sociedade, o que reforça seu dever de atuar com moralidade e respeito ao bem comum.
- (E) A publicidade dos atos administrativos é regra essencial à eficácia e à moralidade da Administração Pública, e sua omissão injustificada constitui falta ética, salvo nos casos legais de sigilo.

14

De acordo com os princípios éticos que regem a Administração Pública, especialmente quanto ao dever de transparência, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A transparência é princípio fundamental da Administração Pública e deve orientar a conduta do servidor, que tem o dever de assegurar a publicidade dos atos administrativos, salvo nos casos previstos em lei.
- (B) A omissão injustificada de informações de interesse público constitui conduta antiética, que compromete a relação de confiança entre o servidor e a sociedade.
- (C) A publicidade dos atos administrativos é meramente formal e não possui impacto direto sobre a moralidade da conduta do servidor público.
- (D) O dever de transparência está vinculado ao princípio da legalidade e reforça a necessidade de que todos os atos da Administração sejam motivados e acessíveis à sociedade.
- (E) Salvo em casos de sigilo legalmente justificado, o servidor público deve facilitar o acesso às informações, promovendo a transparência como instrumento de controle social.

Diversidade e inclusão na sociedade

Aline Menezes

15

A inclusão de grupos vulnerabilizados no Brasil enfrenta desafios estruturais e históricos. Um dos principais obstáculos é:

- (A) A inexistência de políticas sociais voltadas à redistribuição de renda.
- (B) A permanência de desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e geração que limitam o acesso a direitos.
- (C) A ausência completa de participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas.
- (D) A substituição das políticas públicas universais por focalizadas, que elimina toda desigualdade social.
- (E) O aumento da renda per capita nacional, que gera maior exclusão social.

16

Quando se discute a inclusão sociopolítica de pessoas idosas, pessoas com deficiência, população negra, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+, um desafio central é:

- (A) A manutenção de legislações específicas que garantem plenamente a equidade.
- (B) A superação dos preconceitos e estigmas enraizados culturalmente, que limitam a cidadania desses grupos.
- (C) A inexistência de marcos legais de proteção social.
- (D) O excesso de programas governamentais, que gera sobreposição de direitos.
- (E) A ausência de movimentos sociais reivindicatórios no cenário brasileiro.

17

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para compreender os desafios da inclusão de grupos vulnerabilizados. Ela permite:

- (A) Analisar as desigualdades apenas sob o ponto de vista econômico.
- (B) Explicar as desigualdades exclusivamente a partir da biologia.
- (C) Considerar como diferentes marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, geração) se cruzam e produzem formas específicas de exclusão.
- (D) Garantir que políticas públicas sejam formuladas sem considerar particularidades sociais.
- (E) Eliminar a necessidade de políticas afirmativas.

18

Sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de grupos vulnerabilizados, é correto afirmar que:

- (A) São sempre universais, sem distinção de público-alvo.
- (B) Eliminam automaticamente todas as desigualdades sociais.
- (C) São implementadas apenas pelo setor privado, sem envolvimento do Estado.
- (D) Não precisam considerar a participação social dos próprios grupos envolvidos.
- (E) Devem articular redistribuição de recursos materiais e reconhecimento das diferenças culturais e identitárias.

Administração pública federal

Gustavo Scatolino

19

A atuação da Administração Pública deve observar fundamentos constitucionais que orientam a validade dos atos administrativos, servindo como garantias ao cidadão contra abusos estatais. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição, estabelece que o agente público só pode agir conforme a lei, diferentemente do particular que pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (B) O princípio da impessoalidade refere-se apenas à necessidade de motivação dos atos administrativos, sem relação com a vedação à promoção pessoal de agentes públicos.
- (C) O princípio da moralidade administrativa, embora relevante, não constitui fundamento suficiente para controle judicial de atos administrativos.
- (D) A publicidade, enquanto princípio constitucional, é requisito de validade do ato administrativo, cuja ausência gera nulidade absoluta.
- (E) A eficiência, acrescentada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, representa uma diretriz de boa gestão, sendo um princípio demasiadamente abstrato.

20

Os princípios constitucionais que orientam a Administração Pública possuem caráter vinculante e devem ser observados em toda atividade administrativa. Acerca desses princípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da publicidade confunde-se com a publicação, de modo que toda ausência de publicação invalida o ato administrativo.
- (B) O princípio da moralidade administrativa exige que o administrador atue conforme padrões éticos, sendo pressuposto de validade dos atos e fundamento de ação popular.
- (C) O princípio da legalidade autoriza a Administração a agir em qualquer situação não vedada por lei, ainda que não haja previsão legal expressa.
- (D) O princípio da eficiência, apesar de previsto na Constituição, possui natureza meramente programática, sem força normativa obrigatória.
- (E) O princípio da impessoalidade não encontra respaldo na Constituição, mas apenas na doutrina administrativista.

Evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil e estrutura organizacional da Administração Pública Federal/ Sistemas estruturantes da administração pública federal

Bruno Eduardo

21

Durante um curso de integração para servidores recém-empregados em uma autarquia federal, o palestrante destacou que a Administração Pública brasileira passou por diferentes reformas, cada uma refletindo as necessidades de seu tempo histórico. Foram enfatizadas: a reforma de 1936, com o DASP; a de 1967, com o Decreto-Lei nº 200; e a de 1995, com o PDRAE. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação do DASP em 1936 representou a consolidação do modelo patrimonialista, pois reforçou práticas clientelistas e a ocupação de cargos de confiança sem concurso público.
- (B) O Decreto-Lei nº 200/1967 foi um marco ao introduzir diretrizes de descentralização e planejamento, aproximando-se de práticas gerenciais, ainda que sem romper com a burocracia.
- (C) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) buscou fortalecer exclusivamente o modelo burocrático, ampliando controles formais e hierarquias rígidas.
- (D) A Constituição de 1988 instituiu explicitamente a administração pública gerencial, substituindo o modelo burocrático pela lógica de contratos de gestão e foco em resultados.
- (E) As reformas de 1967 e 1995 foram idênticas, ambas extinguindo a burocracia e implantando integralmente o modelo de administração pública gerencial.

22

Um servidor da Secretaria de Orçamento precisou elaborar um relatório sobre a execução orçamentária da União, mas também consultou outro sistema para obter informações sobre o planejamento de programas e ações do Plano Plurianual (PPA). O gestor responsável explicou que diferentes sistemas estruturantes atendem a finalidades específicas na Administração Pública Federal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema estruturante voltado à execução orçamentária, financeira e contábil da União, sendo distinto do SIGPlan, que acompanha planejamento governamental.
- (B) O SIAPE é o sistema utilizado para registro e acompanhamento de convênios e transferências voluntárias entre União, estados e municípios.
- (C) O SIORG é responsável pela execução das folhas de pagamento dos servidores públicos federais.
- (D) O SIPEC é voltado para execução orçamentária, funcionando como ferramenta do Tesouro Nacional.
- (E) O SIGPlan substituiu o SIAFI, tornando-se o único sistema de acompanhamento orçamentário-financeiro da União.

Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento-orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

Anderson Ferreira

23

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelos entes federativos, deve ser acompanhado do Anexo de Riscos Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse anexo tem por finalidade:

- (A) Apresentar as metas de resultado primário e nominal, em valores correntes e constantes, comparando-as ao exercício anterior.
- (B) Estimar o impacto financeiro das renúncias de receitas tributárias previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) Apresentar a metodologia de cálculo da meta de inflação oficial, ajustada pelos índices adotados pelo Banco Central.
- (D) Avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- (E) Demonstrar a compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual vigente, com a indicação de desvios de execução.

24

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Entre as informações apresentadas, foi destacado que uma das partes da LOA se refere ao chamado “orçamento fiscal”. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta:

- (A) O orçamento fiscal deve compreender exclusivamente as receitas e despesas relativas às empresas em que o ente detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) O orçamento fiscal é o instrumento que integra todas as receitas e despesas do regime geral de previdência social, da saúde e da assistência social.
- (C) O orçamento fiscal é uma das partes que compõem a LOA e abrange receitas e despesas dos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O orçamento fiscal não compõe a LOA, sendo previsto em legislação específica de planejamento de médio prazo.
- (E) O orçamento fiscal tem por objetivo exclusivo registrar as transferências constitucionais realizadas pela União a Estados e Municípios, sem contemplar as demais receitas e despesas orçamentárias.

25

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre os conteúdos obrigatórios previstos constitucionalmente para a LDO, assinale a alternativa correta:

- (A) A LDO deve estabelecer, em caráter definitivo, a composição detalhada da dívida ativa do ente federativo.
- (B) Compete à LDO dispor sobre as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.
- (C) A LDO tem a função de fixar todas as despesas correntes obrigatórias e de capital, independentemente da previsão do PPA.
- (D) Cabe à LDO regulamentar de forma permanente o regime jurídico único dos servidores públicos.
- (E) A LDO deve incluir exclusivamente as programações de caráter regionalizado, voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

26

O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento da Administração Pública, previsto na Constituição Federal, e orienta a definição das prioridades governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o significado e a finalidade do PPA:

- (A) O PPA é um plano de curto prazo, com vigência anual, destinado a assegurar a execução imediata das prioridades do governo em cada exercício financeiro.
- (B) O PPA é uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.
- (C) O PPA corresponde a um demonstrativo contábil-financeiro, destinado exclusivamente a consolidar a execução orçamentária anual dos entes federativos.
- (D) O PPA é um plano estratégico de caráter permanente, aprovado uma única vez e válido para todos os governos subsequentes.
- (E) O PPA é um instrumento específico de iniciativa do Poder Legislativo, destinado a fixar os limites de gasto e de arrecadação em cada exercício financeiro.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

A digitalização dos processos produtivos trouxe novas formas de organização do trabalho. Entre as mudanças observadas, destaca-se:

- (A) Consolidação de hierarquias mais rígidas, com redução da autonomia dos colaboradores.
- (B) Utilização de plataformas digitais que conectam trabalhadores e demandas de serviço, ampliando o trabalho por projetos.
- (C) Redução da integração entre setores produtivos, que passaram a operar isoladamente.
- (D) Desuso de indicadores de desempenho, substituídos por avaliação puramente qualitativa.
- (E) Enfraquecimento das competências digitais como requisito de empregabilidade.

28

A automação de processos robóticos (RPA) no setor público é uma iniciativa que:

- (A) Substitui tarefas manuais e repetitivas, permitindo que os servidores se concentrem em atividades de maior valor agregado.
- (B) Exige reformulação completa das leis e regulamentos para ser implementada.
- (C) Funciona sem integração com sistemas legados.
- (D) Aumenta a quantidade de etapas no processo.
- (E) Impede o monitoramento e a auditoria das atividades realizadas.

29

Ao adotar inteligência artificial em serviços públicos, um problema que pode surgir é:

- (A) Falta de dados abertos e interoperáveis, que impede a implementação de soluções de análise preditiva.
- (B) Aumento do tempo de resposta, já que decisões automatizadas precisam de conferência manual obrigatória em todos os casos.
- (C) Falta de clareza sobre como o modelo chegou ao resultado, prejudicando a transparência e a possibilidade de auditoria.
- (D) Redução da participação social, pois o uso de IA exige maior interação com cidadãos para coletar feedback.
- (E) Diminuição dos riscos de segurança cibernética, porque algoritmos aprendem a bloquear ataques automaticamente.

30

Em um projeto de transformação digital no setor público, diversos riscos podem ser identificados. Qual deles está **diretamente associado à automação de processos**?

- (A) Vazamento de dados sensíveis por falhas de configuração em servidores na nuvem.
- (B) Interrupção de serviços críticos devido a ataques de negação de serviço (DDoS).
- (C) Cristalização de fluxos ineficientes, fazendo com que erros sejam replicados automaticamente em larga escala.
- (D) Perda de integridade de dados causada por falhas em mecanismos de backup e recuperação.
- (E) Obsolescência rápida de tecnologias utilizadas, exigindo substituição frequente de sistemas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo Temático 1 – Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inclusão

Otoniel Linhares

31

Em uma economia periférica com baixa renda *per capita* e estreita base industrial, discute-se se a mera expansão setorial isolada é suficiente para romper “armadilhas” de inércia produtiva. À luz dos pioneiros do pós-guerra, assinale a alternativa correta.

- (A) Rosenstein-Rodan rejeita coordenação entre investimentos e sustenta que as externalidades são ínfimas no início do processo de industrialização.
- (B) Lewis (modelo dual) parte do pleno emprego na agricultura e não admite fluxo de mão de obra para o setor moderno sem pressões salariais.
- (C) Hirschman propõe o crescimento desequilibrado, alavancado por encadeamentos para frente e para trás que induzem novos investimentos.
- (D) Singer defende que os preços de *commodities* tendem a melhorar relativamente aos industriais, dispensando política industrial.
- (E) Lewis recomenda retração da industrialização urbana para preservar salários agrícolas, visto que o setor tradicional é de alta produtividade marginal.

32

Sobre o diagnóstico estruturalista da CEPAL para a América Latina e suas recomendações, assinale a alternativa correta.

- (A) A CEPAL preconiza câmbio valorizado e liberalização ampla imediata para acelerar a sofisticação produtiva.
- (B) O “estruturalismo” entende que a heterogeneidade estrutural é transitória e se resolve espontaneamente com o livre-comércio.
- (C) A agenda cepalina clássica recusa qualquer integração regional por gerar “market size” artificial.
- (D) A CEPAL rejeita planejamento estatal e bancos de desenvolvimento por distorcerem preços relativos.
- (E) O diagnóstico combina deterioração dos termos de troca e heterogeneidade estrutural; recomenda industrialização, reformas, integração regional e papel ativo do Estado.

33

No pensamento de Celso Furtado, a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro articula condicionantes históricos-estruturais, dimensão cultural e políticas regionais. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O subdesenvolvimento é uma forma histórica específica de desenvolvimento dependente; a cultura importa, e políticas regionais enfrentam assimetrias.
- (B) A industrialização espontânea de mercado garantiria, sem intervenção pública, a convergência regional no Nordeste.
- (C) A modernização implica homogeneização cultural desejável, pois diversidade regional dificulta ganhos de produtividade.
- (D) Para Furtado, a dependência externa é mito inócuo; o dinamismo do centro se transmite automaticamente à periferia.
- (E) A SUDENE teria sido concebida como agência privada de crédito com atuação apenas no eixo Rio-São Paulo.

34

Considerando as formulações centro-periferia/dependência e a experiência brasileira no século XX, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da dependência rejeita completamente o papel do Estado, por considerá-lo sempre “capturado”.
- (B) O debate dependência não admite diferenças internas entre periferias, tratando-as como bloco homogêneo.
- (C) A experiência brasileira de 1930-1980 nega protagonismo estatal, baseando-se sobretudo em liberalização e financiamento externo privado.
- (D) A dependência explica a produção do subdesenvolvimento via inserção subordinada; no Brasil, o Estado teve papel empreendedor/planejador, ainda assim sem romper a subordinação externa.
- (E) A perspectiva centro-periferia sustenta que os termos de troca favorecem cronicamente produtos primários.

35

Compare duas estratégias de desenvolvimento: a industrialização por substituição de importações (ISI) e o crescimento liderado pelas exportações (ELG). Com base nessas estratégias, assinale a alternativa correta.

- (A) ISI sempre prescindiu de proteção e de bancos públicos, priorizando abertura e competição externa.
- (B) Em experiências asiáticas, o ELG combinou proteção seletiva temporária, metas de desempenho, câmbio competitivo e promoção ativa às exportações.

- (C) O ELG exige neutralidade estatal e câmbio valorizado para baratear importações de bens finais.
- (D) ISI e ELG são idênticas: ambas se ancoram em desregulação ampla e livre mobilidade de capitais desde o início.
- (E) A ISI descartou aprendizado tecnológico local e se limitou a montagem sem exigências de conteúdo.

36

Ao se discutir inclusão produtiva com sustentabilidade, três abordagens surgem: economia solidária, criativa e circular. Assinale a alternativa que integra corretamente os princípios e instrumentos dessas agendas.

- (A) Economia solidária baseia-se em maximização de lucro; economia criativa restringe-se a software; e, economia circular defende obsolescência programada para girar estoques.
- (B) Economia criativa exige ausência total de propriedade intelectual; economia solidária veda crédito; e, economia circular é sinônimo de reciclagem apenas.
- (C) Economia solidária equivale a filantropia; economia criativa depende apenas de talentos individuais; e, economia circular ignora design de produto.
- (D) Economia solidária adota governança hierárquica tradicional; economia criativa exclui atividades culturais; e, economia circular dispensa logística reversa.
- (E) Economia solidária envolve cooperação/autogestão e finanças solidárias; economia criativa mobiliza ativos simbólicos e cadeias culturais; e, economia circular foca ecodesign, uso eficiente de recursos, extensão de ciclo de vida e responsabilidade pós-consumo.

37

A literatura sobre industrialização tardia destaca arranjos institucionais distintos entre pioneiros e latecomers. Considerando experiências históricas, assinale a alternativa correta.

- (A) Alemanha, Japão e Coreia do Sul recorreram a ordenação estatal, crédito de longo prazo, proteção seletiva com metas de desempenho e disciplina exportadora.
- (B) Inglaterra e EUA difundiram industrialização com sistemas financeiros rigidamente bancários em detrimento de mercados de capitais.
- (C) O Japão Meiji adotou laissez-faire integral, com mínima reforma institucional e pouca ênfase em educação básica.
- (D) A Coreia do Sul rejeitou a formação de conglomerados privados e não utilizou metas para aprendizado tecnológico.
- (E) A China realizou “terapia de choque” na década de 1990, liberalizando tudo de uma vez, sem zonas econômicas especiais ou gradualismo.

38

Com base na tipologia clássica de regimes de bem-estar e em seus mecanismos de financiamento e cobertura, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime liberal (anglo-saxão) garante alta desmercantilização universal, sustentada por impostos progressivos amplos.
- (B) O regime social-democrata combina universalismo, elevada desmercantilização e forte provisão pública, reduzindo segmentação por status ocupacional.
- (C) O regime conservador-corporativo organiza proteção atrelada a vínculos ocupacionais e contribuição, com menor universalismo que o social-democrata.
- (D) Tanto liberal quanto conservador-corporativo são idênticos em desenho: ambos universalistas e desvinculados do mercado de trabalho.
- (E) Em qualquer regime, o financiamento é exclusivamente orçamentário, sem participação contributiva.

39

Sobre o papel de bancos de desenvolvimento e instrumentos de financiamento na transformação estrutural, assinale a alternativa correta.

- (A) Bancos de desenvolvimento devem evitar projetos de longo prazo por risco elevado, deixando-os ao mercado.
- (B) Em economias em desenvolvimento, crédito de longo prazo é abundante e barato sem garantias públicas.
- (C) O papel contracíclico é irrelevante; o essencial é seguir o ciclo para não “distorcer” preços.
- (D) As instituições de fomento atuam apenas como repassadoras neutras de crédito, sem induzir inovação ou coordenação setorial.
- (E) Bancos de desenvolvimento endereçam falhas de mercado, coordenam investimentos com externalidades, atuam de forma contracíclica e podem condicionar apoio a metas de produtividade e conteúdo local.

40

Debates atuais combinam transição verde com política industrial. Com base nisso, assinale a alternativa que aliha corretamente esses conceitos.

- (A) Green New Deal propõe austeridade fiscal para reduzir demanda agregada e, por isso, restringe investimentos em energia limpa.
- (B) Big Push Ambiental articula investimentos coordenados de larga escala para acelerar transformação produtiva verde; Ecologia Política critica assimetrias de poder.

- (C) A Ecologia Política defende neutralidade distributiva: transições afetam grupos de forma homogênea.
- (D) Green New Deal restringe-se a regulação ambiental, sem missões tecnológicas, emprego verde ou infraestrutura.
- (E) Big Push é apenas slogan para rotular descarbonização espontânea via mercado, sem papel para Estado.

41

À luz do Relatório Brundtland e desdobramentos normativos, assinale a alternativa correta sobre diretrizes de desenvolvimento sustentável.

- (A) O princípio orientador limita-se ao crescimento econômico contínuo, não envolvendo equidades geracionais.
- (B) Sustentabilidade fraca e forte são sinônimas; capital natural é sempre perfeitamente substituível por capital produzido.
- (C) O princípio da participação social é dispensável, pois decisões técnicas bastam para legitimar políticas.
- (D) Desenvolvimento sustentável integra dimensões econômica, social e ambiental, com equidade intra/intergeracional, precaução, poluidor-pagador e participação.
- (E) Por definição, sustentabilidade exclui qualquer política industrial, pois toda intervenção gera ineficiências ambientais.

42

Considerando a natureza, a governança e o conteúdo da Agenda 2030, assinale a alternativa correta.

- (A) A Agenda 2030 é universal e integrada, orientada por “não deixar ninguém para trás”, com revisões nacionais voluntárias e ênfase em meios de implementação.
- (B) Os ODS são juridicamente vinculantes e preveem sanções automáticas a países que não cumprirem metas.
- (C) Os ODS restringem-se ao meio ambiente, sem metas sociais ou econômicas.
- (D) A Agenda 2030 se aplica apenas a países em desenvolvimento, não alcançando economias avançadas.
- (E) Os ODS substituíram integralmente a necessidade de políticas nacionais setoriais, tornando-as redundantes.

Eixo Temático 2 – Desenvolvimento Produtivo e Regional no Brasil

Júlio Santos

43

Identifique a alternativa que apresenta a principal consequência da articulação entre a desindustrialização de algumas metrópoles do Sudeste, a reestruturação produtiva e a manutenção de uma urbanização concentradora.

- (A) A diminuição das favelas e da moradia precária em grandes centros urbanos, resultado da política de descentralização industrial para as cidades médias do interior.
- (B) O fortalecimento das economias regionais menos desenvolvidas, que se beneficiaram do redirecionamento do capital e da mão de obra antes concentrados no eixo Rio-São Paulo.
- (C) A reversão do fluxo migratório em direção às áreas rurais, devido à crise do modelo de desenvolvimento industrial nas cidades e ao ressurgimento da agricultura familiar.
- (D) A expansão de áreas de segregação socioespacial, aprofundando a fragmentação do espaço urbano e o contraste entre as áreas de alta renda e as periferias.
- (E) A eliminação das desigualdades regionais e a democratização do acesso aos serviços urbanos essenciais, como saúde e educação, devido à homogeneização do desenvolvimento.

44

As cadeias globais de valor (CGVs) representam um dos fenômenos mais marcantes da economia contemporânea. Elas descrevem o processo de fragmentação da produção, em que as diferentes etapas de um bem ou serviço (do design e P&D à montagem e marketing) são realizadas em vários países, e não mais em um único. Essa nova arquitetura produtiva, impulsionada pela redução dos custos de transporte e pela revolução da tecnologia da informação, transformou a forma como as nações se inserem no comércio internacional.

Considerando o papel de países em desenvolvimento dentro das cadeias globais de valor, assinale a alternativa que indica o principal desafio enfrentado por essas nações.

- (A) A impossibilidade de se integrarem às cadeias, uma vez que estas são exclusivas dos países ricos e de suas corporações transnacionais.
- (B) A crescente facilidade de “escalar” as cadeias, movendo-se de atividades de baixo valor agregado para setores de alta tecnologia e inovação, garantindo uma distribuição equitativa dos lucros.

(C) A dependência de investimentos em capital e tecnologia, o que os torna vulneráveis a mudanças nas estratégias das empresas líderes, e a dificuldade de ascender a estágios mais rentáveis da cadeia (o “upgrade”).

(D) A autonomia tecnológica conquistada por meio da participação nas cadeias globais de valor, que lhes permite controlar os fluxos de conhecimento e capital de forma soberana.

(E) O esgotamento das indústrias locais de exportação, o que os obriga a importar todos os bens de consumo, perdendo competitividade e gerando déficit na balança comercial.

45

A história econômica do Brasil no século XX foi largamente definida por um modelo de políticas industriais baseado na substituição de importações e em forte intervenção estatal. Embora essa estratégia tenha gerado uma base industrial diversificada, ela também resultou em ineficiências e na falta de competitividade global. No século XXI, o debate sobre o tema ressurgiu com força, em meio ao processo de desindustrialização e à crescente dependência de commodities. O desafio atual não é simplesmente criar indústria, mas, sim, fazê-la competitiva e inovadora em um cenário de cadeias de valor fragmentadas.

Considerando a trajetória e os desafios contemporâneos, qual é a principal complexidade que uma política industrial moderna no Brasil deve enfrentar para ser bem-sucedida.

(A) Reverter o processo de desindustrialização por meio da total liberalização do mercado, eliminando tarifas e subsídios para forçar as indústrias nacionais a competirem de forma igualitária no mercado global.

(B) Adotar novamente a estratégia de substituição de importações em larga escala, protegendo todos os setores da indústria nacional, a fim de garantir o pleno emprego e o domínio tecnológico em todas as cadeias produtivas.

(C) Conduzir uma transição complexa que estimule a inovação e o adensamento das cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que se evita os erros do passado, como o protecionismo generalizado e os elevados custos de produção.

(D) Focar unicamente a atração de investimentos estrangeiros diretos para o setor de alta tecnologia, sem a necessidade de um planejamento estratégico ou de incentivos governamentais.

(E) Concentrar todos os esforços na qualificação da mão de obra, uma vez que o capital humano é o único fator determinante para o sucesso de uma política industrial.

46

O fenômeno da globalização, em sua fase mais recente, é caracterizado por uma articulação complexa de quatro fluxos principais: o comercial (troca de bens), o produtivo (fragmentação da produção), o tecnológico (circulação de informação) e o financeiro (movimento de capitais). Esses fluxos interagem de maneira sistêmica, transformando a economia mundial em uma teia de interdependências que afeta a todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento.

Considerando essa interconexão, assinale alternativa que apresenta a principal consequência dessa integração multidimensional para as economias nacionais.

- (A) A globalização em seus múltiplos fluxos fortaleceu a capacidade dos Estados nacionais de controlar suas economias, pois o aumento das transações internacionais gera maior previsibilidade e estabilidade macroeconômica.
- (B) O avanço do fluxo financeiro e tecnológico eliminou a necessidade de regulamentação internacional, uma vez que o mercado global se autorregula e distribui os riscos de forma equitativa entre os países.
- (C) A integração produtiva e tecnológica permitiu a completa erradicação das desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que a circulação de conhecimento e capital se dá de forma democrática.
- (D) A interdependência econômica gerada pela articulação desses fluxos aumenta a vulnerabilidade das economias nacionais a crises globais, já que um colapso em um elo da cadeia pode ter efeitos sistêmicos em todo o planeta.
- (E) A globalização produtiva tem levado à reindustrialização de países desenvolvidos, que se beneficiam da mão de obra barata das nações em desenvolvimento para reforçar suas cadeias de produção internas.

47

O conceito de desenvolvimento rural no Brasil evoluiu significativamente. Tradicionalmente, era sinônimo de desenvolvimento agrícola, focado no aumento da produtividade do setor primário. No entanto, no século XXI, a ruralidade passou a ser vista de forma mais complexa e multidimensional. Ela agora abrange não apenas a produção agropecuária, mas também atividades não agrícolas, serviços, ecoturismo, e a preservação do meio ambiente e da cultura local. Essa nova abordagem busca romper com a visão simplista do campo como um mero fornecedor de matérias-primas.

Diante dessa nova compreensão, qual é o principal desafio para a efetivação de um desenvolvimento regional rural que seja, ao mesmo tempo, equitativo e sustentável no Brasil.

- (A) Atrair investimentos maciços exclusivamente para o agronegócio de exportação, o que por si só garante o desenvolvimento de todas as áreas rurais e o combate à pobreza.
- (B) Concentrar os esforços na eletrificação e no acesso à internet para todas as propriedades, sem a necessidade de abordar as desigualdades na distribuição de terras.
- (C) Promover a diversificação econômica, valorizando atividades não agrícolas e a agricultura familiar, enquanto se enfrenta a histórica concentração fundiária e a escassez de políticas públicas que cheguem aos pequenos produtores.
- (D) Focar exclusivamente a criação de parques ecológicos e reservas ambientais, desconsiderando a necessidade de gerar renda para as comunidades rurais.
- (E) Incentivar o êxodo rural como uma estratégia para diminuir a pressão demográfica sobre as áreas de produção agrícola e, assim, aumentar a produtividade.

48

O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) representa um marco fundamental para as políticas urbanas no Brasil do século XXI. Inspirado nos princípios da reforma urbana, a lei estabelece diretrizes para a política de desenvolvimento urbano, como a garantia do direito à cidade para todos, a gestão democrática e, sobretudo, a função social da propriedade urbana. Seu objetivo central é garantir que as cidades sirvam ao interesse coletivo, e não apenas ao acúmulo de riqueza privada.

Considerando os mais de 20 anos de vigência do Estatuto da Cidade, assinale a alternativa que indica a principal contradição observada entre os objetivos da lei e a realidade das cidades brasileiras.

- (A) A lei conseguiu efetivamente reverter a lógica de valorização imobiliária, eliminando as áreas de segregação socioespacial e garantindo moradia digna para a população de baixa renda nas áreas centrais.
- (B) A principal contradição reside na dificuldade de implementação dos instrumentos da lei, como a outorga onerosa do direito de construir e o imposto progressivo no tempo, devido à forte resistência do mercado imobiliário e à falta de vontade política.
- (C) O Estatuto da Cidade se mostrou ineficaz porque seu principal objetivo era concentrar o desenvolvimento urbano em grandes metrópoles, o que gerou um aumento da densidade demográfica e da violência.
- (D) O Estatuto da Cidade é um instrumento obsoleto, criado no século XX, que não se aplica aos desafios urbanos contemporâneos, como a mobilidade e a urbanização acelerada das cidades de porte médio.
- (E) A lei foi amplamente adotada por todos os municípios brasileiros, o que resultou na completa eliminação da especulação imobiliária e na criação de espaços públicos de qualidade em todas as cidades.

49

No século XX, o Brasil passou de uma economia majoritariamente agrária e exportadora de *commodities* para uma nação com uma base industrial diversificada e complexa. Esse processo de diversificação e modernização produtiva foi impulsionado, em grande parte, pela estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que se consolidou a partir da década de 1930. Essa política, caracterizada pela intervenção estatal e pelo protecionismo, visava construir um mercado interno robusto e reduzir a dependência de bens industrializados estrangeiros.

No entanto, o modelo de modernização brasileiro no século XX, apesar de suas conquistas, também gerou paradoxos e desafios estruturais. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a principal contradição da ISI no contexto do desenvolvimento produtivo do país.

- (A) O modelo de substituição de importações foi um fracasso total, pois não conseguiu criar um parque industrial relevante, mantendo o país estagnado na condição de exportador de commodities.
- (B) A ISI foi totalmente financiada por capitais privados estrangeiros, o que permitiu a modernização tecnológica, mas resultou na completa perda de autonomia e soberania econômica do Estado brasileiro.
- (C) O principal foco da política de substituição de importações foi a agricultura, resultando na completa erradicação das indústrias e na consolidação de uma economia baseada unicamente no agronegócio.
- (D) A ISI, por sua natureza inclusiva, promoveu uma distribuição equitativa da renda e eliminou as desigualdades regionais e sociais ao integrar todas as áreas do país ao processo produtivo.
- (E) A estratégia foi bem-sucedida na criação de uma indústria diversificada, mas não eliminou a dependência tecnológica e, em muitos casos, resultou em setores produtivos caros e ineficientes devido ao excessivo protecionismo.

50

Identifique a alternativa que apresenta corretamente uma das principais barreiras estruturais que impedem um país de escapar da armadilha da renda média.

- (A) A ausência de instituições políticas e econômicas sólidas e a alta informalidade, que impedem a transição de um modelo de crescimento baseado na acumulação de capital para um modelo baseado na inovação e na produtividade.
- (B) A diminuição da demanda global por *commodities*, que obriga o país a diversificar sua economia em setores mais competitivos e inovadores, acelerando a transição para a alta renda.

- (C) O excesso de mão de obra barata e pouco qualificada, que estimula o investimento em indústrias de base tecnológica e o desenvolvimento de cadeias de produção complexas e de alto valor agregado.
- (D) A falta de investimento em infraestrutura básica (estradas, portos, energia), que impede a inserção competitiva do país nas cadeias de valor globais e atrai investimentos estrangeiros diretos.
- (E) A crescente especialização em indústrias de baixo valor agregado, que é facilmente superada pela concorrência de nações com economias mais avançadas e com políticas protecionistas.

51

Indique a principal consequência socioeconômica da expansão do modelo do agronegócio para o futuro da agricultura familiar e para a estrutura fundiária no Brasil.

- (A) A agricultura familiar, ao se beneficiar das tecnologias e da infraestrutura logística do agronegócio, passa a ter maior acesso a mercados internacionais, diversificando a sua produção para exportação.
- (B) O agronegócio promove a descentralização da produção agropecuária, incentivando a formação de cinturões verdes em torno das grandes cidades e fortalecendo a agricultura familiar.
- (C) A expansão do agronegócio, devido à sua alta mecanização e ao modelo de grandes propriedades, provoca a concentração de terras e o êxodo rural, marginalizando a agricultura familiar para áreas de menor fertilidade ou de difícil acesso.
- (D) O modelo de monocultura do agronegócio fortalece a segurança alimentar do país, pois o aumento da produção em larga escala garante o abastecimento de gêneros básicos para a população.
- (E) A agricultura familiar, por sua capacidade de produção diversificada, torna-se o principal motor de crescimento do PIB agrícola brasileiro, superando o agronegócio em volume de exportações.

52

Identifique a alternativa que melhor descreve a principal consequência da articulação entre a verticalização e a gentrificação para a estrutura socioespacial das metrópoles brasileiras.

- (A) A verticalização e a gentrificação contribuem para a redução da segregação socioespacial, uma vez que a densificação populacional em áreas centrais promove a coexistência de diferentes grupos sociais e a democratização do acesso aos serviços urbanos.
- (B) O processo de gentrificação, ao elevar o valor da terra e dos imóveis, torna as áreas revalorizadas mais acessíveis para a população de baixa renda, que se beneficia da revitalização dos espaços.

- (C) A remodelação do espaço urbano por meio da verticalização é um fenômeno autônomo, não relacionado com a gentrificação ou com os preços do mercado imobiliário, e visa unicamente atender à demanda por moradia.
- (D) A verticalização em áreas centrais e a gentrificação de bairros antigos resultam na expulsão das populações de menor poder aquisitivo, que são empurradas para as periferias, aprofundando a segregação e a desigualdade urbana.
- (E) A gentrificação é um processo que reverte o êxodo rural ao atrair populações para as cidades, criando oportunidades de emprego em áreas revitalizadas e eliminando a informalidade.

53

O geógrafo britânico Peter Haggett, em seus estudos sobre a organização espacial, utilizou uma abordagem que sintetiza a complexa relação entre as áreas urbanas desenvolvidas e suas zonas de influência. Essa abordagem se assemelha aos modelos centro-periferia, que explicam o desenvolvimento regional desigual a partir das interdependências econômicas e do fluxo de recursos e decisões.

Considerando essa perspectiva teórica, que compreende a periferia como uma área funcionalmente dependente do centro, analise as afirmativas a seguir e assinale a que apresenta uma correta interpretação sobre as dinâmicas entre esses polos.

- (A) O centro acumula capital, poder político e controle sobre a inovação, enquanto a periferia é a principal fornecedora de matérias-primas, mão de obra barata e mercado consumidor para os produtos do centro, reforçando a dependência estrutural.
- (B) O centro e a periferia se desenvolvem de forma autônoma, e o fluxo de mercadorias entre eles é equilibrado, resultando em uma distribuição equitativa de renda e oportunidades.
- (C) A periferia é o polo dinâmico de crescimento, atraindo investimentos e indústrias de alta tecnologia que se deslocam do centro em busca de mão de obra qualificada e infraestrutura avançada.
- (D) O modelo centro-periferia prevê que o crescimento da periferia sempre superará o do centro devido à sua maior capacidade de atração de capital, levando a uma reversão das hierarquias espaciais.
- (E) O centro exporta apenas bens de consumo de alta tecnologia, enquanto a periferia se especializa na produção de serviços sofisticados, o que leva à desconcentração da riqueza e do poder.

54

Considere um cenário em que um país, historicamente dependente de sua indústria manufatureira e do agro-negócio, descobre vastas reservas de uma *commodity* mineral. A forte entrada de capital estrangeiro resultante da exportação desse recurso provoca uma valorização acentuada da moeda nacional. Como consequência, os produtos fabricados localmente e os bens agrícolas se tornam mais caros para o mercado externo, perdendo competitividade, enquanto os produtos importados se tornam mais baratos e inundam o mercado interno, prejudicando a produção nacional.

A esse fenômeno econômico, que impacta negativamente os setores não relacionados à produção da *commodity* em ascensão, damos o nome de:

- (A) Efeito-Dumping.
- (B) Maldição dos Recursos.
- (C) Teoria da Base de Exportação.
- (D) Armadilha da Renda Média.
- (E) Doença Holandesa.

Eixo Temático 3 – Gestão Estratégica e Regulação

Adriel de Sá, Benefran Bezerra e Cláudio Zorzo

55

Uma agência de marketing digital decidiu implementar a metodologia OKR (Objectives and Key Results) para guiar suas equipes no próximo trimestre. O líder da equipe de conteúdo estabeleceu um Objetivo (O) ambicioso: “Tornar-se a referência em conteúdo de marketing digital no setor de e-commerce”. Para medir o progresso desse objetivo, a equipe propôs os seguintes Resultados-Chave (KRs):

- I – Publicar pelo menos 15 artigos de blog de alta qualidade sobre e-commerce.
- II – Aumentar o tráfego orgânico do blog em 30%.
- III – Receber 5 menções em veículos de mídia especializados no setor.
- IV – Acompanhar a performance dos concorrentes líderes de mercado.

Analisando os itens acima, os Resultados-Chave (KRs) propostos que estão corretamente formulados para o Objetivo estabelecido são:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

56

Uma cooperativa agrícola, “Colheita Farta”, está empenhada em reduzir o desperdício de água em suas plantações. Recentemente, a equipe de gestão ambiental implementou um novo sistema de irrigação por gotejamento em uma área experimental, após um período de análise e discussão sobre as melhores tecnologias disponíveis. Nos próximos meses, eles coletarão dados sobre o consumo de água e a produtividade das colheitas nessa área. Com base nos resultados, a cooperativa decidirá se expandirá o novo sistema para todas as plantações ou fará ajustes antes da implementação em larga escala. Considerando as etapas do Ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act), as ações destacadas – implementar o sistema, analisar e discutir tecnologias, coletar dados, e decidir expandir/ajustar – correspondem, respectivamente, às fases:

- (A) Do, Plan, Check, Act.
- (B) Plan, Do, Check, Act.
- (C) Do, Check, Plan, Act.
- (D) Plan, Check, Do, Act.
- (E) Do, Plan, Act, Check.

57

A prefeitura de Metrôpole Viva, ao enfrentar o complexo desafio da mobilidade urbana, decidiu adotar o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Em uma das fases iniciais, a equipe do prefeito dedicou-se a identificar detalhadamente as causas da superlotação do transporte público, a insuficiência de ciclovias e o impacto da falta de planejamento urbano no tráfego. Para isso, utilizou dados de pesquisa, entrevistas com cidadãos e especialistas em urbanismo, e analisou a interconexão desses fatores no problema geral.

Essa atividade da prefeitura corresponde ao momento do Planejamento Estratégico Situacional denominado

- (A) Normativo.
- (B) Estratégico.
- (C) Explicativo.
- (D) Tático-Operacional.
- (E) Avaliativo.

58

A empresa “Legado Industrial”, conhecida por sua estrutura organizacional tradicional e hierárquica, enfrenta desafios crescentes em um mercado cada vez mais globalizado e digitalizado. A alta direção percebe que o modelo de planejamento focado apenas em previsões de mercado e em uma base rígida de atuação não é mais suficiente. Eles buscam transformar a forma como a organização planeja, incentivando a colaboração entre os departamentos, a busca por novas potencialidades internas e externas, e uma maior liberdade de ação para responder a um ambiente imprevisível.

Considerando a situação exposta, assinale a opção que reflete uma mudança fundamental na função de planejamento que a Legado Industrial busca.

- (A) O foco principal passa da localização de potencialidades para a atenção exclusiva a cenários futuros.
- (B) A incerteza e a aleatoriedade limitam a autonomia da organização, reduzindo a flexibilidade.
- (C) A base do planejamento se desloca de um processo flexível para uma estrutura vertical e hierárquica.
- (D) As fronteiras entre o estratégico e o tático se tornam mais nítidas e dissociáveis, simplificando a gestão.
- (E) O planejamento se move de uma ênfase na previsão futura para o foco no potencial da organização.

59

A Fundação Alfa, uma entidade que promove a educação básica em regiões carentes, estabeleceu como um objetivo de longo prazo para a próxima década “erradicar o analfabetismo funcional em sua área de atuação principal, impactando positivamente a qualidade de vida da comunidade”. Para isso, a equipe de gerência regional de um dos seus programas definiu que, nos próximos 12 meses, haverá uma “redução de 20% na taxa de evasão escolar nos ensinos fundamental I e II nas escolas parceiras do programa”. Por fim, no dia a dia, os coordenadores pedagógicos instruíram os professores a “aplicar semanalmente atividades lúdicas de leitura e escrita, conforme roteiro padrão, para engajamento dos alunos”. Considerando os níveis de planejamento e hierarquia de objetivos, a “redução de 20% na taxa de evasão escolar” e a “aplicação semanal de atividades lúdicas” correspondem, respectivamente, a

- (A) Objetivo Estratégico e Objetivo Tático.
- (B) Objetivo Tático e Objetivo Operacional.
- (C) Objetivo Operacional e Objetivo Estratégico.
- (D) Objetivo Estratégico e Objetivo Operacional.
- (E) Objetivo Tático e Objetivo Estratégico.

60

A Gestão de Riscos é um componente fundamental da governança e da gestão dos processos organizacionais, sendo frequentemente estruturada com base em modelos internacionais de referência. O modelo COSO II (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada), por exemplo, é apresentado na forma de uma matriz tridimensional (cubo) que integra objetivos, componentes e estrutura organizacional.

Considerando os componentes da gestão de riscos estabelecidos no COSO II e na ISO 31000:2009, analise as afirmações a seguir:

- I – O componente “Monitoramento” é uma atividade contínua que avalia a estrutura de gestão de riscos e os controles internos, buscando aferir seu desempenho e aprimorar suas atividades.
- II – O “Estabelecimento do contexto” faz parte das etapas iniciais do processo de gestão de riscos da ISO 31000, implicando a articulação de objetivos, a definição de parâmetros internos e externos e o estabelecimento de escopo e critérios.
- III – A “Identificação de Riscos” e a “Análise de Riscos” em conjunto formam o “Processo de avaliação de riscos”, conforme o modelo preconizado pela ISO 31000:2009.
- IV – A fixação de Objetivos para gestão de riscos é a condição necessária para que a gestão possa identificar e avaliar os riscos, sendo aplicável às categorias: estratégica, operacional, de comunicação e de conformidade.

Estão corretas apenas as afirmações:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

61

O modelo das Três Linhas de Defesa é amplamente difundido por ser uma forma simples e eficaz de melhorar a comunicação e a conscientização sobre os papéis e as responsabilidades essenciais de gestão de riscos e controles. Este modelo define papéis distintos para as funções que gerenciam, as que supervisionam e as que fornecem avaliação independente.

Sobre a aplicação desse modelo no contexto da gestão de riscos nas agências públicas, é correto afirmar que:

- (A) os órgãos de governança e a alta administração fazem parte da Primeira Linha de Defesa, pois são os responsáveis por instituir e assegurar o bom funcionamento de todas as linhas de defesa.
- (B) a Terceira Linha de Defesa é composta pela gestão operacional, que detém a propriedade dos riscos e a responsabilidade primária por identificá-los e gerenciá-los no dia a dia.
- (C) a Segunda Linha de Defesa, tipicamente composta por funções de gerenciamento de riscos e conformidade (compliance), tem como papel principal fornecer avaliação independente e objetiva à alta administração sobre a eficácia dos processos de gestão de riscos.
- (D) a gestão operacional (Primeira Linha de Defesa) é responsável por manter controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, sendo sua função mitigar o risco por meio do desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos internos.
- (E) órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU), são classificados como a Terceira Linha de Defesa, por fornecerem avaliações externas e independentes.

62

A intervenção do Estado na economia, especialmente por meio das Agências Reguladoras, encontra a sua principal justificativa teórica na necessidade de corrigir as chamadas “falhas de mercado”. Tais falhas ocorrem quando o mercado, por si só, falha em alocar recursos de forma eficiente, não atingindo o ótimo de Pareto.

A respeito das falhas de mercado relacionadas à assimetria de informação, assinale a opção correta.

- (A) O Risco Moral (Moral Hazard) ocorre antes da transação e se manifesta quando a existência de um contrato ou acordo leva à seleção de riscos mais vantajosos para o agente.
- (B) Externalidades Positivas são falhas de mercado nas quais as ações de um agente econômico impõem custos a terceiros, justificando a tributação para internalizar esses efeitos.

(C) A Seleção Adversa (Adverse Selection) caracteriza uma situação de assimetria de informação que ocorre antes de uma transação, levando à seleção de riscos ruins pelo mercado.

(D) Monopólios Naturais são falhas de mercado que se justificam pela presença de custos fixos baixos e economias de escopo limitadas, permitindo que múltiplas empresas operem de forma eficiente.

(E) Mercados Incompletos referem-se à situação em que uma das partes na transação possui mais ou melhor informação comparada à outra, sendo a principal causa da ineficiência alocativa.

63

As Agências Reguladoras Federais são entidades da Administração Indireta que surgiram no Brasil no contexto da reforma do Estado na década de 1990, com o objetivo de regular e fiscalizar setores anteriormente monopolizados pelo Estado.

Considerando o regime jurídico das Agências Reguladoras e a Lei n. 13.848/2019, assinale a opção correta.

- (A) A destituição discricionária (ad nutum) de dirigente de agência reguladora pelo chefe do Poder Executivo é legalmente permitida e não caracteriza desvio de poder, reforçando o vínculo de tutela ministerial.
- (B) As agências reguladoras, por serem autarquias especiais dotadas de autonomia, não estão sujeitas a qualquer forma de controle externo, cabendo-lhes a prerrogativa da autotutela exclusiva.
- (C) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada, entre outras disposições, pela ausência de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, e pela investidura a termo de seus dirigentes com estabilidade durante os mandatos.
- (D) O poder regulatório das agências encontra fundamento unicamente no poder de polícia da Administração Pública, o qual lhes confere a competência para inovar primariamente a ordem jurídica, desde que em matérias setoriais.
- (E) O recurso administrativo interposto contra decisões da agência reguladora é, em regra, dirigido à autoridade máxima ou ao órgão colegiado da agência, mas admite, em última instância, recurso hierárquico ao Ministério supervisor, devido à vinculação.

64

Transparência e a participação social são princípios de governança regulatória essenciais para conferir legitimidade democrática às agências. A Lei n. 13.848/2019 estabelece mecanismos obrigatórios e facultativos de participação social, além de prever a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR).

Com base na Lei n. 13.848/2019 e nos instrumentos de regulação *ex post* e de participação social, assinale a opção correta.

- (A) O relatório de AIR vincula a tomada de decisão da autoridade competente, que deve, obrigatoriamente, adotar a alternativa ou a combinação de alternativas sugerida, sob pena de responsabilização.
- (B) A ARR possui caráter eletivo, mas é expressamente obrigatória para os atos normativos cuja Análise de Impacto Regulatório (AIR) tenha sido dispensada em razão de urgência, devendo ser realizada no prazo de três anos, contado da data de entrada em vigor do ato normativo.
- (C) A Audiência Pública é um mecanismo obrigatório de participação social, a ser convocado previamente à tomada de decisão sobre minutas de atos normativos de interesse geral, admitindo apenas a manifestação escrita dos interessados.
- (D) A Consulta Pública, aplicável às minutas e propostas de alteração de atos normativos de interesse geral, possui, em regra, a duração máxima de 45 (quarenta e cinco) dias, a fim de atender ao princípio da eficiência, salvo em casos excepcionais.
- (E) O Relatório da Audiência Pública deverá ser disponibilizado na sede da agência e no sítio na internet em até 60 dias úteis após o seu encerramento, sendo vedada a prorrogação desse prazo, mesmo em casos de grande complexidade.

65

No controle patrimonial, a CASP busca efetuar o registro das variações patrimoniais, sejam elas permutativas, aumentativas ou diminutivas. Um exemplo de variação patrimonial aumentativa é:

- (A) a arrecadação de uma receita orçamentária.
- (B) o recebimento de uma doação.
- (C) o pagamento de uma dívida.
- (D) o registro contábil da folha salarial.
- (E) a compra a prazo de material de expediente.

66

Na CASP, o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada. O PCASP é formado por 3 naturezas de informação, que são:

- (A) patrimonial, orçamentária e de controle.
- (B) caixa, competência e misto.
- (C) plano de contas, demonstrações contábeis e orçamento.
- (D) patrimonial, orçamentária e misto.
- (E) orçamentária, financeiro e física.

67

Considerando a estrutura e composição do balanço patrimonial, é correto afirmar que a conta que compõe o patrimônio líquido é a de:

- (A) material de expediente.
- (B) empréstimos e financiamentos.
- (C) aluguel recebido.
- (D) bens de infraestrutura.
- (E) resultado acumulado.

68

Uma entidade pública, a fim de ter poder decisório sobre as políticas de gestão, decidiu comprar ações de uma empresa privada. No balanço patrimonial, o valor aplicado nas ações será apresentado no:

- (A) ativo circulante, como ações de empresas.
- (B) ativo não circulante investimento, como participações societárias.
- (C) ativo circulante, como participações societárias.
- (D) ativo não circulante imobilizado, como investimento.
- (E) ativo não circulante intangível, como ações de outras empresas.

69

O indicador econômico que apresenta a relação entre o ativo total e o passivo exigível é denominado:

- (A) endividamento total.
- (B) liquidez geral.
- (C) liquidez corrente.
- (D) solvência geral.
- (E) margem líquida.

Eixo Temático 4 – Desenvolvimento**Socioeconômico no Brasil****Admilson Costa****70**

O debate historiográfico sobre a industrialização brasileira na década de 1930 gira em torno da sua natureza. Parte da literatura, inspirada em Celso Furtado, a considera consequência indireta da defesa do setor cafeeiro durante a Grande Depressão; outra parte, com base em Pedro Fonseca, destaca a intencionalidade do governo Vargas na criação de instituições industriais. Nesse contexto, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A interpretação de Celso Furtado sustenta que a industrialização resultou da política de defesa cafeeira, que manteve o poder aquisitivo interno e redirecionou a demanda para o mercado nacional.
- (B) Pedro Fonseca argumenta que a industrialização foi deliberadamente promovida pelo governo Vargas, com medidas como o tratado comercial de 1935 com os EUA, a reforma tributária de 1934, a política creditícia do Banco do Brasil e a criação de empresas estatais como a CSN e a Vale do Rio Doce.
- (C) De acordo com Furtado, a industrialização da década de 1930 foi fruto de um plano industrializante explícito de Vargas, caracterizando-se pela intencionalidade estatal desde o início.
- (D) A tese de Fonseca defende que a industrialização foi apenas consequência da valorização cambial e da política ortodoxa de equilíbrio fiscal, sem ações institucionais deliberadas.
- (E) Tanto Furtado quanto Fonseca concordam em atribuir à crise do café papel secundário no processo de industrialização, destacando o protagonismo exclusivo das importações de bens de capital.

71

O contexto das décadas de 1980 e 1990 no Brasil esteve marcado pela crise da dívida externa, pela escalada da hiperinflação e pela adoção de políticas alinhadas ao chamado Consenso de Washington. A crise da dívida, detonada pelo aumento das taxas de juros internacionais em 1979, levou à moratória parcial e à necessidade de sucessivos acordos com o FMI. A hiperinflação corroía salários e minava a previsibilidade econômica, impondo tentativas de estabilização monetária. Já o Consenso de Washington, formulado em 1989, apresentou um receituário liberal de reformas econômicas voltadas para países em desenvolvimento, o qual influenciou diretamente o Brasil no processo de abertura e de ajuste fiscal. Considerando esse quadro, analise as seguintes alternativas e assinale a correta.

- (A) A crise da dívida externa no Brasil teve início na década de 1980, quando a elevação dos juros nos EUA elevou brutalmente o custo do endividamento externo, culminando na moratória de 1982.
- (B) A hiperinflação brasileira foi estabilizada já no início da década de 1980, com o sucesso imediato do Plano Cruzado, que impediu novas altas de preços e consolidou a confiança internacional no país.
- (C) O Consenso de Washington, idealizado em 1989, defendia princípios como disciplina fiscal, abertura comercial, privatizações e desregulamentação, sendo referência para políticas de ajuste no Brasil nos anos 1990.
- (D) A moratória de 1982 significou que o Brasil deixou de honrar todas as suas dívidas externas por mais de uma década, sendo reintegrado ao mercado financeiro internacional apenas após o Plano Real.
- (E) Entre os pontos do Consenso de Washington estavam o protecionismo industrial, a estatização de empresas estratégicas e a ampliação do gasto público como mecanismos de dinamização econômica.

72

O Plano Real, lançado em 1994, representou um marco na estabilização monetária do Brasil, após uma década de insucessos em planos heterodoxos. Baseado na introdução da URV e na âncora cambial, conseguiu debelar a hiperinflação e criar condições para maior previsibilidade econômica. No entanto, sua implementação também abriu espaço para a intensificação da abertura comercial e financeira, inserindo o país em uma nova lógica de integração internacional. Com base nesse tema, julgue os itens a seguir.

- I – O Plano Real utilizou a Unidade Real de Valor (URV) como mecanismo de transição, convertendo preços de forma gradual e preparando o lançamento do real, o que foi crucial para reduzir as expectativas inflacionárias.
- II – A abertura financeira que acompanhou o Plano Real favoreceu a entrada de capitais de curto prazo, aumentando a vulnerabilidade externa do país diante de crises internacionais.
- III – O Plano Real conseguiu controlar a inflação de forma duradoura, mas em seus primeiros anos não promoveu políticas de estabilização fiscal, sustentando-se apenas no equilíbrio cambial.
- IV – Entre os efeitos do Plano Real, destacou-se a imediata redução da dívida externa brasileira, já que a valorização cambial facilitou o pagamento integral dos compromissos junto ao FMI ainda em 1995.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

73

A abolição da escravatura em 1888 não significou a construção imediata de um mercado de trabalho assalariado pleno. A Primeira República foi marcada pela permanência de estruturas de dependência no campo, pela ausência de políticas de integração dos libertos e pelo incentivo estatal à imigração europeia, vinculada tanto a interesses econômicos quanto a projetos ideológicos. Nesse cenário, analise as proposições e assinale a correta.

- (A) O colonato em São Paulo rompeu integralmente com práticas de subordinação, assegurando plena autonomia econômica aos colonos em relação aos fazendeiros.

- (B) A imigração europeia foi estimulada não apenas como solução para a demanda de mão de obra, mas também como estratégia de “branqueamento” e modernização conservadora, reforçando hierarquias raciais no pós-abolição.
- (C) A Lei Áurea garantiu indenizações aos ex-escravizados e previu a criação de programas de amparo social, medidas que lhes facilitaram o acesso à terra e ao crédito.
- (D) A manutenção da grande propriedade rural e a ausência de reforma agrária consolidaram a exclusão da população negra do acesso à terra, perpetuando desigualdades sociais.
- (E) A República Velha promoveu a integração dos libertos ao mercado de trabalho urbano por meio de políticas educacionais e de qualificação profissional específicas.

74

O início do século XXI foi marcado pela combinação entre o ciclo de valorização internacional das *commodities* e políticas sociais e macroeconômicas que ampliaram a inclusão social e reduziram a vulnerabilidade externa. Considerando esse período, assinale a alternativa correta.

- (A) O crescimento econômico observado entre 2003 e 2010 relacionou-se tanto ao dinamismo do mercado internacional de *commodities* quanto às políticas internas de ampliação do crédito, mas não esteve acompanhado de expansão das reservas internacionais.
- (B) A valorização real do salário-mínimo, associada à consolidação de programas de transferência de renda, contribuiu para a elevação da renda disponível, mas teve impacto restrito ao setor informal urbano, sem efeitos significativos sobre o mercado de trabalho formal.
- (C) A política macroeconômica combinou superávits primários, acumulação de reservas internacionais e expansão do crédito, reduzindo a vulnerabilidade externa e sustentando a estabilidade no período.
- (D) O ciclo de crescimento baseado em *commodities* favoreceu o aumento das exportações, mas não gerou pressão suficiente para a valorização cambial que marcou a economia brasileira durante grande parte da década de 2000.
- (E) A ampliação do mercado interno ocorreu simultaneamente à execução de uma ampla reforma agrária, que alterou de maneira estrutural a distribuição fundiária no país.

75

No regime da ditadura militar (1964-1985), embora tenha havido crescimento econômico acelerado em certos períodos, persistiram fortes desigualdades regionais, de renda e de acesso a serviços públicos. A estrutura de poder vigente bloqueou diversas demandas de populares e de grupos marginalizados, limitando a reversão das desigualdades sociais. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) Durante a ditadura, a taxa de crescimento dos anos de “milagre econômico” (por exemplo, 1973-1974) permitiu uma redistribuição de renda significativa, sobretudo em favor das classes trabalhadoras urbanas.
- (B) O autoritarismo impediu mecanismos democráticos de participação que poderiam pressionar por políticas de redução de desigualdades, como sindicatos fortes ou legislações trabalhistas mais inclusivas.
- (C) A política econômica do regime favoreceu, de forma equitativa, todas as regiões do país, eliminando disparidades regionais de infraestrutura e desenvolvimento humano.
- (D) A inflação persistente e as crises externas dos anos 1970 e início dos 1980 foram plenamente resolvidas pelo regime militar, sem gerar impactos negativos sobre a qualidade de vida dos estratos sociais mais pobres.
- (E) O Estado militar promoveu uma reforma agrária ampla que redistribuiu terras de modo a reduzir as desigualdades fundiárias latifundiárias no Brasil.

76

A financeirização da economia brasileira no século XXI se expressa pela centralidade do capital financeiro na dinâmica econômica, pelo peso crescente das operações financeiras sobre a produção e pela redefinição do papel do Estado e das empresas. Avalie os itens a seguir e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I – A financeirização está associada ao predomínio da lógica financeira sobre as decisões produtivas, em que empresas priorizam a valorização acionária e a remuneração de acionistas em detrimento do investimento produtivo.
- II – A política monetária, centrada em altas taxas de juros, favorece o rentismo e a valorização de ativos financeiros, reforçando o caráter financeirizado da economia brasileira.
- III – A expansão do crédito às famílias, em especial sob a forma de endividamento de longo prazo, revela um aspecto da financeirização que conecta diretamente o consumo popular à lógica financeira.

IV – Fundos de pensão, bancos e investidores institucionais assumem protagonismo na definição de estratégias econômicas e políticas, ampliando o peso do setor financeiro no país.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

77

A crise econômica, política e institucional de 2015-2016 resultou da combinação de fatores internos e externos, envolvendo desaceleração econômica, adoção de políticas de austeridade e crescente instabilidade política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Sobre esse contexto, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O PIB brasileiro apresentou queda de 3,5% em 2015 e novamente de 3,3% em 2016, configurando uma das recessões mais profundas da história recente.
- (B) A política econômica implementada no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, marcada por elevação de juros e cortes de gastos, atenuou a recessão e foi considerada responsável pela recuperação do crescimento em 2016.
- (C) A crise foi atenuada pela rápida expansão dos investimentos públicos e privados, que impediram a elevação da taxa de desemprego no biênio 2015-2016.
- (D) O governo Michel Temer abandonou a agenda de austeridade e implementou medidas de estímulo ao consumo e ao investimento como forma de reverter a recessão.
- (E) O desemprego médio em 2016 manteve-se em patamar semelhante ao de 2014, sem alterações significativas no mercado de trabalho.

78

A desindustrialização brasileira é frequentemente associada à rigidez estrutural da economia, marcada pela perda de participação da indústria no PIB mesmo em momentos de crescimento. Sobre esse fenômeno, é correto afirmar que:

- (A) a desindustrialização no Brasil corresponde a um processo típico de mudança estrutural avançada, com expansão predominante de serviços qualificados e intensivos em conhecimento, como engenharia e pesquisa científica.
- (B) a teoria da “doença holandesa” aplica-se integralmente ao Brasil, já que a valorização cambial teria sido causada unicamente pelo boom de recursos naturais como minério de ferro e soja.
- (C) a redução da participação da indústria de transformação no PIB nos anos 2000 ocorreu apenas durante períodos de recessão econômica, não sendo observada em momentos de crescimento acelerado.
- (D) estudos apontam que a perda de peso da indústria ocorreu simultaneamente à reprimarização das exportações e à expansão de serviços pouco qualificados, sinalizando fragilidade estrutural do setor manufatureiro brasileiro.
- (E) O processo de desindustrialização no Brasil tem sido amplamente considerado positivo, já que promoveu rápida convergência com o padrão de economias desenvolvidas, reduzindo desigualdades produtivas e tecnológicas.

79

Entre as estatais brasileiras, algumas foram privatizadas no processo iniciado nos anos 1990. Assinale a alternativa que apresenta uma empresa que não foi privatizada nesse período.

- (A) Companhia Vale do Rio Doce.
- (B) Sistema Telebrás.
- (C) Petrobras.
- (D) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
- (E) Light.

Eixo Temático 5 – Desigualdades e Dinâmicas Socioeconômicas no Brasil

Aline Menezes

80

A respeito das transformações demográficas observadas no Brasil no início do século XXI e das projeções populacionais, é correto afirmar que:

- (A) o crescimento populacional acelerado se mantém inalterado devido ao aumento da natalidade em regiões metropolitanas.
- (B) a queda da fecundidade combinada com o aumento da esperança de vida e envelhecimento populacional projeta estabilização ou decréscimo do total populacional nas próximas décadas.
- (C) a mortalidade infantil aumentou progressivamente desde 2000, explicando o envelhecimento populacional.
- (D) as migrações internacionais têm sido o fator principal para o crescimento populacional, com saldo migratório consistentemente positivo desde 2000.
- (E) as projeções demográficas do IBGE indicam crescimento indefinido da população brasileira até 2100.

81

Sobre a evolução da desigualdade de renda no Brasil entre o final do século XX e o século XXI, assinale a alternativa correta.

- (A) A desigualdade brasileira (medida pelo coeficiente de Gini) aumentou de forma contínua desde 2001, sem interrupções.
- (B) A redução da desigualdade entre 2001 e meados da década de 2010 esteve associada, entre outros fatores, a políticas públicas de transferência de renda e à expansão do mercado de trabalho formal.
- (C) A concentração de riqueza foi praticamente eliminada no Brasil após 2003 graças à universalização de serviços públicos.
- (D) Estudos mostram que programas de transferência de renda não tiveram qualquer efeito mensurável sobre pobreza ou desigualdade.
- (E) A desigualdade de riqueza no Brasil é irrelevante para as políticas públicas por ser semelhante à dos países europeus.

82

É correto afirmar que a perspectiva interseccional aplicada às desigualdades sociais permite compreender que:

- (A) as desigualdades podem ser totalmente explicadas apenas pela classe econômica, dispensando gênero e raça.
- (B) a interseccionalidade reduz-se a uma técnica estatística que ignora experiências subjetivas.
- (C) a política pública eficaz só precisa tratar um marcador por vez (por exemplo, apenas raça ou apenas gênero) para eliminar todas as desigualdades.
- (D) no Brasil, dados censitários não permitem análises interseccionais porque não registram cor/raça.
- (E) marcadores sociais (raça, gênero, classe, geração, sexualidade) se combinam de forma que indivíduos situados em múltiplas posições subordinadas enfrentam desvantagens específicas e acumuladas.

83

Com base na Constituição de 1988 e na implementação dos direitos sociais no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 não reconhece direitos sociais como saúde, educação e assistência social.
- (B) A Constituição de 1988 consagra direitos sociais (ex.: saúde como direito de todos), mas a implementação depende de legislação, financiamento e capacidade estatal, gerando lacunas práticas.
- (C) A existência da norma constitucional é suficiente para garantir a universalização imediata dos serviços sem necessidade de políticas públicas complementares.
- (D) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 retirou a assistência social do rol de políticas públicas.
- (E) Não há instrumentos legais posteriores a 1988 que regulamentem ou operacionalizem direitos sociais.

84

No debate entre universalização e focalização de políticas públicas, é correto afirmar que:

- (A) a universalização busca acesso amplo e igualitário a bens públicos; a focalização busca direcionar recursos a grupos de maior vulnerabilidade; e, a escolha envolve trade-offs de cobertura, custo, estigmatização e eficiência.
- (B) universalização e focalização são mutuamente exclusivas; e, uma opção sempre elimina a outra.
- (C) a focalização sempre reduz a desigualdade mais do que políticas universais.
- (D) a universalização é sempre mais barata do que a focalização.
- (E) no Brasil, não há experiências nem discussões sobre focalização — apenas políticas universais.

85

Em relação ao sistema de proteção social brasileiro pós-Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 não teve impacto na estruturação de políticas de saúde e assistência social.
- (B) O SUS (Sistema Único de Saúde) e a LOAS/SUAS (Lei Orgânica da Assistência Social e o SUAS) são marcos institucionais que ampliaram direitos e organizaram a proteção social, ainda que com desafios de financiamento e gestão.
- (C) Após 1988, não foram criadas leis ou sistemas para operacionalizar saúde ou assistência social.
- (D) O SUAS substituiu o SUS como política de saúde pública.
- (E) A LOAS instituiu o fim de benefícios não contributivos no país.

86

Considerando as políticas redistributivas no Brasil no século XXI, marque a alternativa correta.

- (A) Programas de transferência de renda como o Bolsa Família/BFP não apresentaram evidências de impacto sobre pobreza ou indicadores de saúde.
- (B) A única política redistributiva válida é a renda básica incondicional; todas as outras são prejudiciais.
- (C) Redistribuição via programas sociais tornou-se irrelevante porque a tributação brasileira é fortemente progressiva e suficiente por si só.
- (D) O Brasil implementou programas de transferência de renda condicionada no século XXI que, segundo estudos nacionais e internacionais, contribuíram para redução da pobreza e tiveram efeitos positivos sobre saúde infantil e mortalidade.
- (E) Não houve mudança significativa nas políticas redistributivas brasileiras desde a década de 1990.

87

Acerca das políticas afirmativas no Brasil (cotistas, acessos diferenciados, ações afirmativas) no século XXI, é correto afirmar que:

- (A) a Lei n. 12.711/2012 (Lei de Cotas) instituiu reserva de vagas em universidades federais para estudantes de escolas públicas, com recortes por renda e por cor/raça, ampliando inclusão no ensino superior.
- (B) Não existem leis de ação afirmativa no Brasil; todas as iniciativas são espontâneas das universidades sem base legal.
- (C) A implementação de políticas afirmativas não encontra resistências sociais ou jurídicas em nenhum momento.
- (D) Políticas afirmativas são unicamente econômicas e não consideram raça, gênero ou origem.
- (E) A Lei de Cotas retirou vagas da população de baixa renda.

88

Sobre políticas públicas dirigidas a povos indígenas e comunidades quilombolas, assinale a alternativa correta.

- (A) A demarcação de terras indígenas e a titulação de terras quilombolas não têm base constitucional nem normativa — são decisões discricionárias sem marco legal.
- (B) A Constituição prevê proteção aos povos indígenas e o Estado tem procedimentos (ex.: FUNAI e decretos que regulamentam titulação quilombola) para identificar, demarcar e garantir territórios, mas, na prática, há conflitos, lentidão e disputas jurídicas e políticas.
- (C) Todas as demandas territoriais indígenas e quilombolas foram completamente resolvidas até 2000.
- (D) O Decreto n. 4.887/2003 retirou qualquer mecanismo de titulação das terras quilombolas.
- (E) Não existe qualquer agência pública responsável pela política indígena no Brasil.

89

Em relação ao papel dos movimentos sociais e dos sindicatos no pós-1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 enfraqueceu os movimentos sociais, que perderam espaço de participação pública.
- (B) A atuação sindical no Brasil não teve qualquer relação com as conquistas de direitos trabalhistas nem com a formulação de políticas públicas.
- (C) Sindicatos foram proibidos de se organizar por lei após 1988.
- (D) Os movimentos sociais deixaram de existir no Brasil após 1994.
- (E) A Constituição e a redemocratização ampliaram espaços de participação (conselhos, conferências), e movimentos sociais (MST, movimentos feministas, de negros, indígenas, sindicatos como a CUT) passaram a ter papel central nas agendas públicas e negociações, embora enfrentem desafios de organização e representação.

90

Quanto às transformações do mercado de trabalho brasileiro no século XXI, assinale a alternativa correta.

- (A) A informalidade desapareceu do mercado de trabalho brasileiro após 2005 por efeito da modernização institucional.
- (B) Mudanças legislativas (ex.: leis de terceirização e reforma trabalhista de 2017) e fenômenos como pejetização e trabalho por plataforma (uberização) influenciaram a reconfiguração das formas de vínculo e têm sido associados a debates sobre precarização, proteção social e regulação do trabalho.
- (C) A uberização garantiu automaticamente todos os direitos trabalhistas previstos na CLT aos trabalhadores de plataforma.
- (D) A terceirização foi proibida em 2017, reforçando a proteção do vínculo empregatício.
- (E) A única forma legítima de emprego é o trabalho sem carteira assinada.

Discursiva

Andréa Cerqueira

Texto 1

O desenvolvimento socioeconômico envolve não apenas crescimento econômico, mas também a redução das desigualdades, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das instituições públicas. Investimentos em educação, infraestrutura e inovação tecnológica têm papel central na promoção de oportunidades equitativas e na construção de sociedades mais resilientes.

Adaptado de BANCO MUNDIAL, Relatório de Desenvolvimento Global, 2023.

Texto 2

Políticas públicas eficazes devem integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais. O crescimento sustentável depende da capacidade de gerar empregos de qualidade, garantir acesso a serviços essenciais e promover inclusão social. Ao mesmo tempo, é necessário estimular o empreendedorismo, a inovação e a diversificação produtiva para reduzir vulnerabilidades e ampliar a competitividade nacional.

Adaptado de PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2022.

Com base nos textos motivadores, em seus conhecimentos e em argumentos consistentes, redija um texto dissertativo, em prosa, atendendo ao que se pede no tema abaixo.

O papel das políticas públicas e da inovação no desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Orientações ao candidato:

- Seu texto deve ter entre 20 e 30 linhas;
- Seja claro, objetivo e coeso;
- Respeite a norma culta da Língua Portuguesa;
- Estruture seu texto em introdução, desenvolvimento e conclusão;
- Valorize a argumentação crítica, articulando os textos motivadores com seus próprios conhecimentos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



6º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 6: Desenvolvimento Socioeconômico(Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	D	D	C	C	C	C	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	B	B	C	E	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	C	B	B	B	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	A	D	B	E	A	C	E	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	A	D	C	C	D	C	B	E	A
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	D	A	E	D	A	C	E	B	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
D	C	C	B	B	A	E	B	D	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	A	B	C	B	E	A	D	C	B
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
B	E	B	A	B	D	A	B	E	B

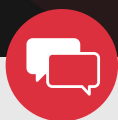


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

CNU - 6º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 6: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

Letra a.

Assunto abordado: Federalismo.

- (A) Certa. A CF/1988 inovou ao incluir expressamente os Municípios como entes federativos autônomos, ao lado da União, dos Estados e do DF.
- (B) Errada. Os Municípios não são subordinados aos Estados. Possuem autonomia política, administrativa e financeira.
- (C) Errada. A Federação brasileira engloba quatro entes: União, Estados, DF e Municípios.
- (D) Errada. Os Territórios Federais, de acordo com o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal são extensões da União, e não integram a Federação. Sua natureza jurídica é de autarquia territorial da União.
- (E) Errada. O DF acumula competências estaduais e municipais, conforme art. 32, § 1º, da CF.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

Letra c.

Assunto abordado: Relações entre Poder Legislativo e Poder Executivo.

- (A) Errada. O STF não julga o Presidente por crime de responsabilidade, apenas por crimes comuns, e mesmo assim somente após o juízo de admissão da Câmara dos Deputados (art. 86, da CF).
- (B) Errada. A Câmara apenas autoriza, com 2/3 dos votos, a instauração do processo; não realiza julgamento (art. 51, I, e art. 86, CF).
- (C) Certa. O julgamento por crime de responsabilidade é feito pelo Senado Federal, após autorização da Câmara, e o Presidente do STF preside o julgamento (art. 52, I, parágrafo único).
- (D) Errada. Não há previsão de processo de impeachment interno ao Executivo. Trata-se de mecanismo de controle entre Poderes, típico do sistema presidencialista com freios e contrapesos.

(E) Errada. A CF/1988 não prevê revogação de mandatos por plebiscito ou referendo. O impeachment é o único instrumento de cessação antecipada do mandato por razões constitucionais e legais, nos termos da Lei n. 1.079/1950.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos Políticos.

(A) Errada. O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos, mas o alistamento eleitoral é permitido, inclusive sendo condição necessária para o voto (art. 14, § 1º, II, c).

(B) Errada. A soberania popular é exercida não só pelo voto, mas também por plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos do caput do art. 14, o que evidencia formas diretas de participação sem representação parlamentar.

(C) Errada. A idade mínima para ser candidato a vereador é de 18 anos, não 21 (art. 14, § 3º, VI, d). A filiação partidária e o domicílio eleitoral são de fato exigências legais, mas a idade está errada.

(D) Certa. A iniciativa popular é um mecanismo de democracia direta previsto no caput do art. 14, e só pode

ser exercida por cidadãos brasileiros, desde que no pleno gozo de seus direitos políticos. Estrangeiros não podem propor iniciativa popular, mesmo que naturalizados recentemente.

(E) Errada. Apesar de o jovem de 17 anos poder votar (facultativamente), ele não pode ser votado. A idade mínima para vereador é de 18 anos completos até a data-limite fixada na legislação eleitoral. Não existe previsão de autorização judicial que permita flexibilizar essa exigência.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

Letra d.

Assunto abordado: Direitos Sociais.

(A) Errada. A reserva do possível não é um limite absoluto. A jurisprudência do STF reconhece que ela deve ser ponderada com o mínimo existencial, e que o Estado deve comprovar a insuficiência de recursos, não podendo usá-la de forma genérica.

(B) Errada. Não basta alegação genérica de restrição orçamentária: o Estado deve provar objetivamente a incapacidade de cumprir a obrigação sem prejudicar outras prioridades constitucionais. A reserva do possível exige prova da real impossibilidade.

(C) Errada. A análise da dignidade da pessoa humana é essencial para se aferir a necessidade de garantir o mínimo existencial, mesmo diante de limitações financeiras. O STF tem decidido que a proteção da vida e da saúde prevalece sobre questões orçamentárias, em muitos casos.

(D) Certa. O Judiciário pode intervir para assegurar direitos sociais, sobretudo em situações de omissão do Estado e de afetação do mínimo existencial, como ocorre no fornecimento de medicamentos essenciais à vida. Isso decorre da eficácia plena do direito à saúde e da força normativa da Constituição.

(E) Errada. A separação de Poderes não impede a atuação judicial quando há omissão ou violação a direitos fundamentais, inclusive sociais. O STF admite a judicialização de políticas públicas como forma de efetivação de direitos.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos Individuais/ Igualdade.

(A) Errada. A Constituição não veda absolutamente todas as diferenciações de tratamento. Pelo contrário, admite políticas compensatórias ou de discriminação positiva (ações afirmativas), com base em critérios legítimos de equidade social e histórica. Ex.: cotas raciais e de gênero.

(B) Errada. O art. 5º, I, da CF/1988 consagra tanto a igualdade formal quanto material. A igualdade formal garante que todos sejam tratados da mesma forma perante a lei. Já a igualdade material busca compensar desigualdades reais, exigindo, muitas vezes, tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.

(C) Certa. A medida questionada está em conformidade com a igualdade material, pois visa reduzir desigualdades históricas e sociais, promovendo a equidade. O STF já validou ações afirmativas com base nesse princípio.

(D) Errada. Igualdade formal e material são complementares, não excludentes. A primeira é um pressuposto jurídico, a segunda é um instrumento de justiça social. Ambas coexistem no ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Errada. A utilização de critérios como sexo ou raça é permitida em políticas públicas educacionais, como reconhecido pelo STF nas ações envolvendo cotas raciais em universidades e escolas públicas.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

Letra c.

Assunto abordado: Ciclos de políticas públicas: implementação de planos, programas e projetos.

- (A) Errada. A implementação é um processo complexo, dinâmico e político, que envolve negociações e adaptações.
- (B) Errada. Essa descrição se refere à etapa de formulação da política.
- (C) Certa. A implementação é a fase da ação, onde o plano formulado se torna realidade. Sua efetividade não depende apenas do desenho da política, mas da capacidade dos atores de executá-la, superando desafios e adaptando-se às circunstâncias.
- (D) Errada. O monitoramento é um processo contínuo que acontece durante a implementação, enquanto a avaliação pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo.
- (E) Errada. Essa é a etapa de formação da agenda.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

Letra c.

Assunto abordado: Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas.

- (A) Errada. A generalização para grandes populações é uma característica da análise quantitativa.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora